

Agora é ministério

ERIKA KLINGL E
FERNANDA ODILLA

DA EQUIPE DO CORREIO

Cinco meses depois de ser rebaixada e perder o status de ministério, a Secretaria Especial de Direitos Humanos está de volta ao primeiro escalão do governo Lula. É o 30º ministério na esplanada. Mas ainda não foi definido o nome do titular da pasta. O atual secretário, Mário Mamede, não teve seu nome confirmado até o fechamento desta edição. Mamede substituiu Nilmário Miranda, quando ele deixou o governo. Era até então o secretário-executivo da pasta. Ninguém no Palácio do Planalto sabe se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai confirmá-lo no cargo.

Em julho, uma medida provisória havia subordinado o órgão à Secretaria Geral da Presidência da República. Nilmário Miranda criticou a mudança na ocasião. Ontem, a decisão foi revista e a nova estrutura, publicada no *Diário Oficial da União*. Lula recuou da decisão depois de sofrer pressões da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e de organizações não-governamentais e entidades ligadas à defesa dos direitos humanos.

“Argumentei com o presidente que não havia nenhum desrespeito do Congresso à decisão dele. Mas o status de ministério é importante para facilitar a execução de políticas públicas para o setor e garantir recursos na briga pelos quinhões orçamentários”, explica a relatora da medida provisória, deputada Iriny Lopes (PT-ES).

O problema é que o retorno da secretaria ao primeiro time do governo pode ter ocorrido tarde demais. O orçamento federal para a destinação de recursos para os programas ligados à defesa dos direitos humanos já foi discutido. “Refazer a perda é impossível, caíram as verbas, despencou a

Antônio Cruz/ABR



INDEFINIÇÃO: SUCESSOR DE NILMÁRIO MIRANDA (E) À FRENTE DA SUBSECRETARIA, O MINEIRO MÁRIO MAMEDE AINDA NÃO FOI CONFIRMADO NO NOVO MINISTÉRIO

credibilidade e acabou o respeito”, lamenta a coordenadora-geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Roseane Queiroz. A retomada da secretaria como órgão ministerial ligado diretamente ao presidente da República e não a um órgão subordinado é considerada apenas simbólica. “Faltando apenas poucos meses para o fim do governo, não será possível correr atrás do prejuízo”, critica Roseane Queiroz.

Para o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Fernando Silva, durante os cinco meses em que a se-

ORÇAMENTO
R\$ 12 MILHÕES
é quanto o governo vai destinar em 2006 para os programas de defesa dos direitos humanos

cretaria ficou no limbo, a interlocução do conselho com o governo praticamente cessou. “Com o status de ministério, o

ex-ministro Nilmário Miranda tinha assento no Conanda. Não havia dificuldade de diálogo”, explica. “Com Luiz Dulci, as coisas funcionaram diferente. Pedimos uma audiência no início de agosto, ela só aconteceu em outubro.”

Penúria

Agora, o principal desafio da área e do novo ministro, que deve ser anunciado nos próximos dias, será justamente gerenciar um ministério com orçamento de subsecretaria. De acordo com estudos do Conanda, os recursos definidos para 2006 chegam a R\$ 12 milhões. É o menor

orçamento da década. Para se ter uma idéia, em 1995 as verbas destinadas aos programas de direitos humanos do governo federal foi 20 vezes maior. Chegou a R\$ 256 milhões, em valores atualizados.

Uma das saídas para superar o problema passa justamente pelas entidades ligadas aos direitos humanos. O Conanda apresentou 10 emendas ao orçamento. A maior delas amplia em R\$ 1,28 bilhão os recursos do governo federal para a educação infantil, principalmente das creches que ganharam R\$ 200 milhões, a serem investidos em quatro anos no Fundo

JILANI RECEBE RELATÓRIO

O relatório original da CPI da Terra, elaborado pelo deputado João Alfredo (PSol-CE), foi entregue ontem à representante da Organização das Nações Unidas para os Defensores de Direitos Humanos, Hina Jilani. O documento relata os conflitos no campo ocorridos no país e aponta o grave quadro de violência no meio rural em decorrência da luta pela terra. O relatório foi rejeitado pela CPI, que aprovou um texto alternativo, de autoria do deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), pedindo o enquadramento de ocupação de terra como “ato terrorista” e passível de ser punição seguindo a Lei de Segurança Nacional. Lupion ignorou os relatos de violência sofrida pelos trabalhadores que lutam pela terra.

para Educação Básica (Fundeb). “Não vamos desistir. Esperamos retomar o caminho estabelecido pelo governo, quando ele deu importância ao assunto”, avalia o presidente do conselho.

Mas nem todas as entidades estão otimistas com a nova posição do ministério. “Os cinco meses representaram apenas o agravamento de uma gestão totalmente ineficaz do governo Lula na área dos direitos humanos”, afirma Elizabeth Silveira, presidente da ONG Tortura Nunca Mais. “Se compararmos a política desse governo com o anterior, infelizmente, vemos um retrocesso”, lamenta.